

**Bem pessoal, estamos de volta com os comentários das provas de ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA e CONTABILIDADE PÚBLICA aplicadas no último domingo dia 18 de abril de 2010 pela ESAF para o cargo de Analista Técnico da SUSEP na área de Administração Financeira.**

**Análise preliminar da prova:**

-Na parte da AFO o examinador usou como fontes principais de elaboração de questões a lei 4320/64 e o Manual Técnico do Orçamento;

-Na parte de contabilidade pública a ESAF seguiu fielmente seu edital, cobrando o plano de contas tradicional e optando por mais uma vez, assim como no APO, não inovar sem avisar com o plano de contas novo obrigatório somente em 2012. A ESAF não cobrou conhecimentos do Manual da Despesa Nacional e do Manual da Receita Nacional nesta prova.

**36- Se o resultado apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais de uma entidade pública da administração direta é um superávit e essa mesma unidade recebeu uma transferência de bens no exercício, então é correto afirmar:**

Para resolver esta questão de uma forma didática, faz-se necessário apresentar a fotografia da DVP com pelo menos dois dados.

<b>Variações Ativas</b>		<b>Variações Passivas</b>	
<b>Orçamentárias</b>		<b>Orçamentárias</b>	
Receitas Correntes	<b>X</b>	Despesas Correntes	<b>C</b>
Receitas de Capital	<b>Y</b>	Despesas de Capital	<b>D</b>
Interferências Ativas	<b>Z</b>	Interferências Passivas	<b>E</b>
Mutações ativas	<b>A</b>	Mutações Passivas	<b>F</b>
<b>Extra orçamentárias</b>		<b>Extra orçamentárias</b>	
Interferências Ativas	<b>B</b>	Interferências Passivas	<b>G</b>
Acréscimos Patrimoniais	<b>200</b>	Decréscimos Patrimoniais	<b>H</b>
Resultado Patrimonial Déficit		Resultado Patrimonial Superávit	<b>300 ou 100</b>
<b>Total Geral</b>		<b>Total Geral</b>	

Note que usamos dois resultados patrimoniais possíveis, um maior do que os valores dos bens recebidos e outro menor.

**a) as despesas correntes necessariamente foram menores que as despesas de capital e não houve transferências de bens para outra entidade.**

Falso. Pois podemos ter tido despesas de capital (D) todas não efetivas que foram compensadas por mutações ativas (A). Dessa forma, o valor das despesas correntes seria irrelevante frente às despesas capital, podendo ser estas maiores ou menores que as correntes. Além disso, podem ter existido transferências de bens para outras entidades que diminuiriam em 100 o resultado patrimonial que ainda seria superavitário.

**b) o superávit resultou das operações orçamentárias, pois as transferências extraorçamentárias não afetam o resultado do exercício corrente e sim daquele em que o bem foi adquirido.**

Falso. As transferências extraorçamentárias afetam o resultado corrente.

**c) as transferências de bens, embora extraorçamentárias, afetaram o resultado apurado porque se somam às demais operações do exercício.**

Verdadeiro, gabarito da questão. Verificamos que a transferência de bens afetou o resultado de uma forma ou de outra.

**d) a despesa orçamentária foi necessariamente menor que os ingressos orçamentários, pois houve recebimento de bens.**

Falso. Não se pode afirmar isso. Pois poderíamos ter tido uma situação líquida resultante da execução orçamentária superavitária (ex: de 100) o que levaria nosso resultado patrimonial para 300.

**e) a unidade não realizou despesa de capital mediante operação de crédito, nem assumiu outro tipo de passivo.**

Falso. Pois podemos ter tido despesas de capital (D) todas não efetivas que foram compensadas por mutações ativas (A), bem como receitas de operação de crédito (Y) que são receitas não efetivas compensadas por mutações passivas (F). Dessa forma, poderíamos ter despesas de capital realizadas por operações de crédito sem que o resultado patrimonial fosse afetado.

**37- O administrador público federal, ao elaborar o orçamento nas modalidades de aplicação 30, 40, 50 e 90, está sinalizando para a sociedade que**

**a) a estratégia na aplicação dos recursos prioriza a região onde se localiza a entidade, embora mediante transferência.**

**b) a estratégia será entregar os recursos a outra entidade pública da mesma esfera de governo e que a aplicação ocorrerá sob sua supervisão.**

**c) a estratégia, na realização da despesa, será transferir os recursos a estados, municípios e entidades privadas, bem como aplicar, ela mesma, parte destes.**

**d) a entidade possui projetos e atividades tanto da área fim quanto da área meio.**

**e) os bens e serviços a serem adquiridos serão utilizados pela própria entidade no desempenho de suas atividades.**

Para resolver esta questão observemos os quadros abaixo retirados do MTO 2010.

Categoria Econômica da Despesa	Qual o efeito econômico da realização da despesa?
Grupo de Natureza de Despesa	Em qual classe de gasto será realizada a despesa?
Modalidade de Aplicação	Qual a estratégia para realização da despesa?
Elemento de Despesa	Quais insumos que se pretende utilizar ou adquirir?

#### MODALIDADES DE APLICAÇÃO

- 20 - Transferências à União
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal
- 40 - Transferências a Municípios
- 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
- 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos
- 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
- 71 - Transferências a Consórcios Públicos
- 80 - Transferências ao Exterior
- 90 - Aplicações Diretas
- 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
- 99 - A Definir

Dessa forma não resta dúvida de que o gabarito era a alternativa C.

### **38- A respeito dos dispêndios extraorçamentários, também conhecidos como despesa extraorçamentária, é correto afirmar:**

Verifiquemos inicialmente quem são os dispêndios extraorçamentários pelo MTO: Pagamento de ARO, Pagamento de restos a pagar, devolução de cauções. Em todos estes fatos contábeis houve uma baixa no passivo financeiro com uma baixa idêntica na conta caixa (banco contas de movimento) no ativo financeiro. Além disso, a principal característica dessas contas é que independem da execução orçamentária. Por fim o demonstrativo contábil que nos permite evidenciar com maior clareza os dispêndios extraorçamentários é o Balanço Financeiro.

**a) toda baixa no patrimônio não prevista na lei orçamentária é um dispêndio extraorçamentário.**

Falso. Temos os decréscimos patrimoniais que provocam baixa no patrimônio da entidade e não são dispêndios orçamentários.

**b) a saída de recursos a título extraorçamentário não se observa nas entidades da administração direta em razão de estarem submetidas à lei orçamentária anual.**

Falso. Os dispêndios extraorçamentários podem ser observados em todas as entidades que compõe o campo de aplicação da contabilidade pública.

**c) os dispêndios, quando ocorrem, advêm de ingressos extraorçamentários do mesmo exercício.**

Falso. Não necessariamente, pois posso ter um dispêndio extraorçamentário de uma devolução de caução em 2010, cujo o ingresso extraorçamentário ocorreu em 2009.

**d) os dispêndios extraorçamentários estão relacionados sempre com as operações da atividade fim da entidade.**

Falso. O pagamento de uma ARO feita no mesmo exercício é um dispêndio extraorçamentário. Note que essa ARO foi feita para atender uma insuficiência de caixa que pode ter como finalidade atender despesas da atividade fim ou atividade meio (aquisição de material de escritório por exemplo).

e) não alteram a situação patrimonial líquida, visto que são oriundos de fatos contábeis permutativos.

Verdade, gabarito da questão.

**39- A respeito do Balanço Patrimonial e das informações evidenciadas no modelo atualmente utilizado na esfera federal, é correto afirmar, exceto:**

Para resolver esta questão de uma forma didática, faz-se necessário apresentar a fotografia do BP.

ATIVO	PASSIVO
<b>FINANCEIRO</b>	<b>FINANCEIRO</b>
Caixa	X Restos a pagar <b>A</b>
BCM	Y Serviço da Dívida a pagar <b>B</b>
	ARO <b>C</b>
	Depósitos (inclusive retenções) <b>D</b>
<b>NÃO FINANCEIRO</b>	<b>NÃO FINANCEIRO</b>
Bens	W Dívida Fundada <b>E</b>
	<b>SALDO PATRIMONIAL F</b>
<b>ATIVO COMPENSADO P</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO P</b>

Note que necessariamente o ativo compensado é igual ao passivo compensado. Outra informação necessária é que o ativo compensado do BP foi retirado apenas da conta 1.9.9. Compensações Ativas Diversas - 3º nível - subgrupo ([envolvendo assim apenas o sistema de compensação](#)) e não da conta 1.9 Ativo Compensado – 2º nível – grupo (que envolve os sistemas orçamentários e de compensação).

Outra informação importante é que o saldo patrimonial de 2010 por exemplo equivale ao saldo patrimonial de 2009, acrescido do resultado patrimonial de 2010 obtido na DVP.

Por fim:

- Ativo financeiro + Ativo não financeiro = Passivo real;
- Passivo financeiro + Passivo não financeiro = Passivo real;
- Ativo real (AR) – Passivo real (PR) = Ativo Real Líquido, que é igual ao saldo patrimonial (supondo-se AR>PR)

**a) o resultado apurado no exercício é evidenciado nessa demonstração dentro do Patrimônio Líquido.**

Verdade.

**b) o ativo não-financeiro evidencia o patrimônio cuja alienação necessita autorização legislativa.**

Verdade. A receita de alienação de bens é prevista da LOA, é orçamentária, logo depende de autorização legislativa.

**c) a rubrica ativo real demonstra a soma das rubricas ativo financeiro e ativo não-financeiro.**

Verdade.

**d) o total da despesa orçamentária do exercício é evidenciado nesse demonstrativo em razão da obrigatoriedade de se demonstrar o Passivo Compensado.**

Falso, gabarito da questão. A despesa orçamentária é demonstrada do Balanço Orçamentária. Além disso, dentro do Passivo Compensado evidenciado no BP não existem contas do sistema orçamentário, apenas do sistema de compensação.

**e) o passivo decorrente das operações de créditos interna e externas integram o passivo não-financeiro.**

Verdade. Dentro da dívida fundada existem dívidas oriundas de operações de créditos internas e externas.

**40- A respeito da classificação orçamentária da despesa e da receita pública na esfera federal, é correto afirmar, exceto:**

**a) as despesas obedecem a uma classificação econômica, enquanto as receitas se submetem a uma classificação programática.**

Falso, gabarito da questão. Dentro não existe classificação programática para as receitas.

**b) a classificação da receita pública por natureza procura identificar a origem do recurso segundo o seu fato gerador.**

Verdade. Conforme prevê o MTO 2010.

**c) a classificação institucional da despesa indica, por meio do órgão e da unidade orçamentária, qual instituição é responsável pela aplicação dos recursos.**

Verdade. Conforme prevê o MTO 2010.

**d) a classificação da despesa por função indica em que área de atuação do governo os recursos serão aplicados.**

Verdade. Conforme prevê o MTO 2010.

**e) ao classificar economicamente a despesa e a receita na elaboração do orçamento, a administração pública sinaliza para a sociedade o tipo de bens que irá adquirir e a origem dos recursos que irá arrecadar.**

Verdade. Conforme prevê o MTO 2010.

**41- Assinale a opção falsa a respeito do objeto, estrutura, e conteúdo do Balanço Orçamentário atualmente utilizado na esfera Federal.**

A principal diferença do conteúdo do BO utilizado pela STN em relação ao BO previsto na lei 4320 é a inclusão do campo MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA que registra as receitas correspondentes às Transferências Intragovernamentais são registradas, automaticamente, pelo SIAFI, em função da Aprovação do Orçamento e Cancelamento de Créditos, sendo controladas em nível de conta corrente.

Verifiquemos as estrutura:

Receitas				Despesas			
Título	Previsão	Execução	Dif.	Título	Fixação	Execução	Dif.
<b>Receita Corrente</b>				<b>Crédito Inicial / Suplementar</b>			
Tributárias				Despesa Corrente			
De Contribuições				Despesa de Capital			
Patrimonial							
Etc.				<b>Crédito Especial</b>			
				Despesa Corrente			
<b>Receita de Capital</b>				Despesa de Capital			
Operações de Crédito							
Alienação de bens				<b>Crédito Extraordinário</b>			
Etc.				Despesa Corrente			
				Despesa de Capital			
<b>SUBTOTAL 1</b>				<b>SUBTOTAL 1</b>			
<b>Movimentação Financeira</b>				<b>Movimentação de crédito</b>			
Cota				Interna			
Repasse				Externa			
Sub-repasse							
<b>SUBTOTAL 2</b>				<b>SUBTOTAL 2</b>			
<b>SOMA (1 + 2)</b>				<b>SOMA (1 + 2)</b>			
<b>DÉFICIT</b>				<b>SUPERÁVIT</b>			
<b>TOTAL</b>				<b>TOTAL</b>			

**a) A despesa liquidada no exercício, mesmo aquela inscrita em restos a pagar não processados, consta dessa demonstração.**

Verdade. Dentro do BO são evidenciadas as despesas realizadas (liquidadas) no exercício. Dessa forma os restos a pagar não processados (que são liquidados ao final do exercício) são evidenciados no demonstrativo.

**b) Ao evidenciar o montante dos ingressos e dos dispêndios financeiros, ele demonstra como se comporta o fluxo de caixa durante o exercício.**

Falso, gabarito da questão. O BO utilizado pela STN não evidencia por exemplo os dispêndios financeiros que são extraorçamentários.

**c) Os ingressos financeiros recebidos do órgão central de programação financeira são registrados do lado das receitas.**

Verdade. As cotas recebidas constam do lado das receitas.

**d) A diferença positiva entre a receita de capital realizada e a despesa de capital liquidada constitui o superávit de capital.**

Verdade. Receita de Capital Realizada – Despesa de Capital Realizada = Superávit de capital

**e) O montante dos valores pagos no exercício não é evidenciado nessa demonstração contábil.**

Verdade. São registradas apenas despesas liquidadas. As despesas pagas são evidenciadas no Balanço Financeiro nos dispêndios orçamentários.

**42- Julgue, se verdadeiro(V) ou falso(F), os itens a seguir a respeito do conceito e contabilização dos bens públicos e assinale a opção que indica a sequência correta.**

**I. Todos os bens públicos, de qualquer natureza, são objeto de registro pela contabilidade e no modelo atualmente adotado na esfera federal integram o patrimônio das entidades públicas.**

Falso. Conforme a NBCT 16.10, os bens de uso comum **que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação**, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional.

Dessa forma não são todos.

**II. Os bens públicos de uso especial são aqueles destinados ao desempenho das atividades das entidades públicas e constam do seu patrimônio.**

Verdade. Conforme o inciso II do Art. 99 do Código Civil (Lei 10.406) os bens especiais são os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias

**III. Os bens públicos, mesmo aqueles de natureza imaterial, são passíveis de registro pela contabilidade, embora não integrem o patrimônio das entidades públicas.**

Falso. Os bens de natureza imaterial também conhecidos como incorpóreos **PODEM** ser registrados no ativo intangível no plano de contas no nível subgrupo (1.4.4) do plano de contas único da União. O ativo intangível integra o Ativo Não Circulante que integra o Patrimônio da entidade. Ainda na NBC T 16.9, consta que os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

**IV. No âmbito federal, as estradas e vias públicas são consideradas bens de uso especial e são objeto de registro pela contabilidade aplicada ao setor público.**

Falso. Os exemplos dados referem-se a bens de uso comum e não especial.

a) F, V, F, F

b) V, V, V, F

c) V, F, F, V

d) F, F, V, F

e) F, V, F, V

Gabarito preliminar: FVFF.

**43- Assinale a opção que indica a finalidade da liquidação da despesa pública, segundo disposição da Lei n. 4.320/64.**

Conforme o artigo Art. 63 da Lei 4320, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Dessa forma a alternativa correta é a letra B, gabarito da questão.

**a) Determinar o momento da contabilização da despesa.**

**b) Verificar a origem do objeto a pagar, a importância a pagar e a quem se deve pagar a importância.**

**c) Levantar o valor a ser pago e determinar a classificação orçamentária da despesa a ser realizada.**

**d) Identificar o credor da nota de empenho, o montante a ser pago e a unidade gestora responsável pelo pagamento.**

**e) Proporcionar a contabilização da despesa antes que seja feito o devido pagamento.**

**44- Assinale a opção falsa a respeito dos créditos adicionais de que tratam os artigos 40 a 46 da Lei n. 4.320/64.**

**a) Crédito extraordinário é uma das classificações de créditos adicionais.**

Verdade.

**b) Créditos especiais e suplementares são autorizados por lei.**

Verdade.

**c) Créditos suplementares não podem ser abertos sem a indicação da fonte de recursos.**

Verdade.

**d) Os créditos suplementares abertos no exercício não podem exceder a um terço daqueles originalmente consignados na lei orçamentária.**

Falso, gabarito da questão. Não há essa restrição.

**e) O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial pode ser fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.**

Verdade.

**45- Se o Congresso Nacional não receber no tempo devido a proposta de lei orçamentária, será considerado como proposta:**

Conforme o Art. 32. da Lei 4320/64, se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

Dessa forma o gabarito é a alternativa A.

**a) a Lei de Orçamento vigente.**

**b) a proposta orçamentária enviada no exercício anterior.**

**c) a média dos valores constantes dos orçamentos dos dois últimos anos.**

**d) a despesa executada no exercício vigente até a data limite para o envio da proposta.**

**e) a proposta elaborada pela Comissão Mista de Orçamento.**

**46- Segundo a Lei n. 4.320/64, considera-se superávit financeiro:**

Conforme o § 2º do Art. 43. da Lei 4320/64, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda,

os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Dessa forma a alternativa correta é a letra E.

- a) a diferença positiva entre o ativo e o passivo verificado no balanço patrimonial.
- b) o saldo positivo apurado na conta de controle financeiro do ativo, conjugado com os saldos de fornecedores a pagar.
- c) a diferença positiva apurada no confronto entre os ingressos e dispêndios do Balanço Financeiro.
- d) o superávit apurado na demonstração das variações patrimoniais, observada a existência destes no balanço patrimonial.
- e) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

**47- Segundo a Lei n. 4.320/64, material permanente é aquele que apresenta as seguintes características:**

Conforme o § 2º do Art. 15. da Lei 4320/64, para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Dessa forma a alternativa correta é a letra C.

- a) bens cujo uso é majoritariamente utilizado na atividade fim da entidade pública.
- b) bens adquiridos como despesa de capital e integrantes do patrimônio da entidade.
- c) aquele cuja duração é superior a dois anos.
- d) são constituídos pelo mobiliário e equipamentos utilizados pela entidade pública e que tenha sido adquirido por ela.
- e) todo bem e/ou equipamento cujo uso possa se estender por quatro anos além do exercício da compra.

**48- A respeito da distribuição dos recursos financeiros às unidades da administração pública, a Lei n. 4.320/64 determina que:**

Conforme o Art. 47. da Lei 4320/64, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Dessa forma a alternativa correta é a letra D.

- a) as transferências do caixa do Tesouro para as unidades devem obedecer a cronograma financeiro aprovado pelo Presidente da República, mediante decreto. Este item está correto porém não consta na lei 4320/64.
- b) as cotas devem obedecer a uma programação mensal aprovada pelo Ministério da Fazenda.

As cotas são aprovadas pelo Presidente da República mediante decreto.

- c) cotas semestrais devem ser aprovadas para as despesas de custeio e quadrimestrais para as despesas de capital.

As cotas são trimestrais.

**d) um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar deverá ser aprovado.**

Gabarito da questão.

**e) a distribuição de cotas financeiras deve obedecer a periodicidade estabelecida na lei orçamentária anual.**

As cotas financeiras devem obedecer o Decreto de Programação Financeira que deve ser publicado em até 30 dias da publicação da LOA conforme Art. 8º da LRF(LC 101/2000).

**49- Assinale a opção verdadeira a respeito da autorização que pode estar consignada na Lei Orçamentária Anual, segundo o art. 7º da Lei n. 4.320/64.**

Conforme o Art. 7º. da Lei 4320/64, a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

[...]

II - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

Dessa forma a alternativa é a letra "A".

**a) Realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender insuficiência de caixa.**

**b) Alterar a legislação tributária a fim de adequar a realização da receita aos fluxos financeiros esperados.**

**c) Realizar despesas sem o prévio empenho para atender situações de calamidade, desde que devidamente justificado.**

**d) Abrir créditos adicionais sem a indicação das fontes de recursos para atender ao equilíbrio da dívida pública.**

**e) Prorrogar restos a pagar não processados até o limite da despesa empenhada.**

**50- A respeito dos prazos relativos à elaboração e tramitação da lei que institui o Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, é correto afirmar:**

Utilizaremos o quadro abaixo para solucionar a questão.

<b>Instrumento</b>	<b>Encaminhamento ao Congresso Nacional</b>	<b>Devolução para Sanção</b>
<b>LOA</b>	<b>31/08 (4 meses antes)</b>	<b>22/12</b>
<b>LDO</b>	<b>15/04 (8 meses e meio antes)</b>	<b>17/07 (término da 1ª sessão legislativa)</b>
<b>PPA</b>	<b>31/08 (4 meses antes)</b>	<b>22/12</b>

**a) o projeto de PPA será encaminhado até cinco meses antes do término do exercício em que inicia o mandato do Presidente da República, enquanto a LOA deve ser encaminhada até quatro meses antes do término do exercício.**

Falso. O PPA deve ser encaminhado até quatro meses antes.

**b) a proposta de LOA deverá ser remetida ao Congresso Nacional até quatro meses antes do término do exercício financeiro e o projeto aprovado da LDO deve ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.**

Verdadeiro, gabarito da questão.

**c) os projetos de PPA e de LDO devem ser encaminhados juntos até seis meses antes do término do exercício uma vez que há conexão entre eles.**

Falso. O PPA deve ser encaminhado 4 meses antes e a LDO oito meses e meio antes.

**d) a Constituição Federal determina que esses projetos de lei são encaminhados ao Congresso Nacional de acordo com as necessidades do Poder Executivo, exceto no último ano de mandato do titular do executivo.**

Falso. Não há essa restrição.

**e) os projetos de LDO e de LOA devem ser encaminhados ao Congresso Nacional até seis meses antes do término do exercício e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.**

Falso. A LOA deve ser encaminhada 4 meses antes e a LDO oito meses e meio antes.

Por fim desejo sorte a todos e dizer que estou à disposição no Cathedra-Brasília onde atualmente estou ministrando os cursos de Administração Financeira e Orçamentária e Contabilidade Pública voltados para o Ministério Público da União, que em breve deve ter o edital publicado, e para a Controladoria Geral da União, cujo pedido de autorização está no MPOG.

Boa sorte a todos que buscam sucesso nessas áreas de gestão.